

**AMBIENTE** *Estudo do Ipea propõe aliar manejo à “venda” de carbono na Amazônia*

# Exploração sustentável pode deter madeira ilegal

**CLAUDIO ANGELO**

DA REPORTAGEM LOCAL

A exploração de madeira em áreas públicas na Amazônia soa como blasfêmia para muitos ambientalistas. Uma dupla de pesquisadores do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), no entanto, acha que, num futuro próximo, isso pode salvar a floresta da atividade madeireira ilegal. E, ainda por cima, dar lucro.

Em estudo publicado nos EUA pelo World Resources Institute e ainda inédito no Brasil, os economistas Ronaldo Serôa da Motta e Cláudio Ferraz propõem que o manejo sustentável de madeira seja adotado nas chamadas Florestas Nacionais (Florestas Nacionais) da Amazônia e em partes de áreas de conservação como uma forma de evitar a exploração clandestina.

Segundo dados do Ibama, 30% da madeira extraída no país tem origem ilegal. Além da ameaça óbvia à biodiversidade amazônica, a retirada clandestina deixa o caminho livre para a transformação do solo florestal em pasto

—pelo fogo. Estima-se que 200 milhões de toneladas de gás carbônico, principal responsável pelo efeito estufa, sejam lançadas no ar todo ano pelas queimadas.

Os planos de manejo, que são a alternativa saudável para a exploração madeireira, não conseguem competir economicamente com a retirada clandestina.

Enquanto a rentabilidade do desmatamento predatório passa de 30%, o retorno econômico do manejo —que requer grandes extensões de terra, o que custa dinheiro— fica em mísero 0,5%.

“Ilegalmente se conseguem até 60 metros cúbicos de madeira por hectare anualmente”, afirma Serôa. “As regras do manejo sustentável só permitem tirar 3 metros cúbicos por hectare.”

## “Vender” carbono

A lógica da proposta dos estudiosos é simples, capitalista até a medula: se a retirada predatória se expande por causa de seus gordos e fáceis lucros —e pela falta de concorrência—, basta tornar o manejo sustentável econômica-

mente competitivo para que ela deixe de ser tão promissora.

Um jeito de fazer isso pode ser casar a venda de madeira do manejo com a de uma outra commodity, que deverá nos próximos anos ser a vedete das negociações internacionais: o carbono.

O mercado mundial de carbono só existe na teoria, por enquanto. Ele foi estabelecido em 1997 pelo MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), um dos artigos do Protocolo de Kyoto, o tratado internacional para a redução dos gases do efeito estufa, como o gás carbônico (CO<sub>2</sub>).

Efeito estufa é o aquecimento da atmosfera terrestre, com a retenção da energia solar sob um “cobertor” de gases.

A idéia do MDL é ajudar países pobres a atingir o desenvolvimento sustentável e os ricos a reduzir emissões de CO<sub>2</sub>. Graças a ele, um país poluidor como os EUA poderia comprar “créditos” de carbono do Brasil, por exemplo.

Projetos de plantio de árvores (que “sequestram” gás carbônico do ar enquanto crescem) pode-

riam gerar créditos de carbono negociáveis em bolsas de futuros. Nesse mercado, os países que produzissem o carbono mais barato receberiam mais dinheiro.

Como o mercado ainda é teórico, o Brasil não tem uma proposta de MDL amadurecida. Alguns ambientalistas argumentam que a melhor forma de receber os futuros recursos do MDL é evitar o desmatamento na Amazônia —de longe a maior fonte emissora do país. Para o governo, porém, florestas em pé não devem servir de moeda de troca.

“O que nós estamos fornecendo é uma alternativa de MDL para o Brasil”, diz Serôa. Segundo ele, o manejo sustentável de florestas em concessões de terras públicas produziria um carbono barato, que poderia compensar a baixa rentabilidade da madeira. Freando o desmatamento, ainda evitaria, indiretamente, as emissões de gás carbônico.

“É claro que o manejo envolve alguma perda de biodiversidade, mas a Amazônia inteira pode ser salva”, diz o economista.

Fonte	SOCIO AMBIENTAL
Data	19/12/2000
Class	37
Pg	119
Documentação	